

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

ATESTADO Nº 24/2021

Atestamos, para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa Módulo Security Solutions S.A., CNPJ nº 28.712.123/0003-36, com filial na SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Centro empresarial Norte, Sala 201 Bloco A, Asa Norte – Brasília/DF, presta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sediado no SAF/Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, os serviços especializados em segurança da informação para a Justiça Eleitoral, envolvendo a manutenção evolutiva e corretiva ao Subsistema de Instalação e Segurança (SIS) e ao Sistema de autenticação e autorização da Justiça Eleitoral (ODIN), bem como a prestação de serviços de suporte aos processos com os quais ambos interagem (item 1) e os serviços de segurança da informação (item 2), conforme termos do Contrato TSE nº 34/2015, com vigência no período de 28/05/2015 até 28/05/2021, podendo ser rescindido, por interesse da Administração, quando da conclusão de procedimentos licitatórios em trâmite.

Abrangência dos serviços conforme termos da **Ordem de Serviço (OS) nº 319**:

- Análise de Conformidade para o Atendimento à Lei 13.709 (LGPD), do Contrato nº 34/2015.

Justificativa da OS:

Em 14 de agosto de 2018 foi sancionada a Lei 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”. Com a aprovação da Medida Provisória 869/18, foi dada a largada para a proteção de dados pessoais no Brasil, a partir da definição do prazo de vigência a partir agosto de 2020, da criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. Recentemente, em meio à pandemia de covid-19, a entrada em vigor da lei teve sua vigência adiada para janeiro de 2021, o que não significa que o TSE possa relaxar em suas ações de conformidade com a lei.

O atendimento à LGPD é multidisciplinar, envolve as áreas jurídica, segurança cibernética, desenvolvimento de sistemas e principalmente as áreas de negócio. Com base nesse cenário a COINF - Coordenadoria de Infraestrutura juntamente com a STI – Secretaria de Tecnologia da Informação solicitou à empresa Módulo Security Solutions, contratada por este Tribunal por meio do Contrato TSE nº 34/2015, para apoiá-las na execução do serviço de análise de conformidade para o atendimento à LGPD, de forma a diagnosticar o nível de aplicabilidade da lei para o TSE, avaliar sua aplicação nas áreas, sistemas e suportes de dados, e elaborar um plano de ação com as recomendações de implementações para atendimento e tratamento das não conformidades, com isso aumentando o nível de proteção e segurança dos dados pessoais utilizados pelo órgão e a aderência à Lei.

Objetivo da OS

Apoiar o TSE no atendimento aos requisitos da LGPD – Lei 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de forma a realizar um diagnóstico do cenário do TSE e elaborar um plano de ação para implementação e tratamento das não conformidades identificadas.

Escopo da OS

O projeto “Análise de conformidade para o Atendimento à LGPD – Lei 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados” é organizado em duas fases:

Fase 1: Contexto e Escopo – Identificar a aplicabilidade da LGPD ao TSE, analisar a conformidade da LGPD com os negócios do TSE a partir de questionários aplicados às áreas fins com revisão das áreas jurídica, segurança cibernética, sistemas e suportes de dados, com objetivo de desenhar o escopo da LGPD na organização e avaliar o nível de conformidade do TSE com a Lei.

Fase 2: Detalhamento e Plano de Ação – A partir do escopo desenhado na Fase 1, conforme as necessidades de cada unidade organizacional, processo, sistemas e ativos da informação, será preparado o plano de ação com as atividades jurídicas, organizacionais, de segurança cibernética, de sistemas e de tecnologia da informação e a recomendações de tratamento das não conformidades identificadas.

Equipe Responsável pelo projeto:

Participaram deste projeto os seguintes profissionais da Módulo Security Solutions S.A.

- Rodrigo Brito (Gerente do Projeto)
- Alberto Bastos (Diretor Técnico)
- Rodrigo Moraes (Consultor)
- Fernando Nery (Consultor)
- Allison Silva (Consultor)
- Carlos Affonso (Coordenador Técnico)

Números do Tribunal Superior Eleitoral

- Número de colaboradores (empregados, estagiários ou terceiros): 1.950 (conforme Informação SESAP/COINF/STI nº 9/2021 - SEI 1561234)
- Número de clientes (titulares de dados) na base do TSE: 147,9 milhões de eleitores (<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>)
- Orçamento do TSE: 2,1 bilhões de Reais (<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/orcamento-da-uniao-destinou-r-2-1-bilhoes-ao-tse-em-2020>)

Todos os serviços foram executados utilizando a Metodologia Módulo GRC Metaframework® e o software Módulo Risk Manager (módulo LGPD Manager), de propriedade exclusiva da Módulo, que é aderente e conforme com as boas práticas, normas ISO, frameworks e regulamentações abaixo especificadas:

- CIS Controls V7.1.
- ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 - Tecnologia da Informação - Técnicas de segurança — Sistemas de gestão da segurança da informação.
- ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 (BS 17799) - Tecnologia da Informação - Código de prática para controles de segurança da informação.
- ABNT NBR ISO/IEC 27005:2019 Tecnologia da informação — Técnicas de segurança — Gestão de riscos de segurança da informação.
- ABNT NBR 23301 - Gestão de Continuidade de Negócios.
- ABNT NBR ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade.
- A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.
- ABNT NBR ISO/IEC 38500 – Padrões de Governança Corporativa de TI.
- COSO ERM – Committee of Sponsoring Organizations, Enterprise Risk.
- ISO/IEC 12207 – Standards for Systems and Software Engineering.
- ISO/IEC 15408 – Evaluation criteria for IT security.
- ISO/IEC 15504 - Software Process Improvement and Capability Evaluation.
- ISO/IEC 20000 - International Standard for IT Service Management.
- ISO/IEC 31000 – Risk Management Principles and Guidelines.
- PMBOK® – Guide and Standards – PMI (Gestão de Projetos).

Afirmamos ainda que a empresa vem cumprindo a contento com todas as obrigações assumidas, não havendo até o presente momento, nada que desabone sua capacidade técnica ou gerencial.

Brasília, 03 de março de 2021.

CRISTIANO MOREIRA ANDRADE
COORDENADOR(A)



Documento assinado eletronicamente em **04/03/2021, às 13:42**, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO NETO
COORDENADOR(A) DE AQUISIÇÕES



Documento assinado eletronicamente em **04/03/2021, às 13:57**, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1587205&crc=989D46EC, informando, caso não preenchido, o código verificador **1587205** e o código CRC **989D46EC**.